



Plano de Promoção Socioeconômica

Para as Áreas Protegidas do
Madeira-Purus



**Conexsus e
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
apresentam**

**Planos de Promoção
Socioeconômica**
para as Áreas Protegidas
do Madeira-Purus - Volume 3

Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

**Nazaré Paulista / SP
2021**

Autores
Conexus - Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

Colaboradora

Nailza Porto

Coordenação Editorial

Carla Gullo e Rita Gullo

Projeto Gráfico e Diagramação

Circular Comunicação

Revisão Ortográfica

Nicole Guim de Oliveira

Ilustração

Shirley Felts

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Planos de promoção socioeconômica [livro eletrônico] : para as áreas protegidas do Madeira-Purus / Pedro Frizo ... [et al.]. -- 1. ed. -- Nazaré Paulsita, SP : IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2021. --

(Planos de promoção socioeconômica ; 3)

Outros autores : André Ramos, Monika Roper, Carina Pimenta, Fabiana Prado, Neluce Soares.

ISBN 978-65-990361-6-3

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Bioeconomia

3. Conservação da natureza - Amazônia 4. Economia 5. Sustentabilidade ambiental I. Ramos, André. II. Roper, Monika. III. Pimenta, Carina. IV. Prado, Fabiana. V. Soares, Neluce.

21-72052

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade ambiental : Ecologia 304.2 Aline Grazielle Benitez -

Bibliotecária - CRB-1/3129

Esta publicação é fruto da parceria constituída entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológica e Conexus - Instituto Conexões Sustentáveis, no âmbito do Projeto LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica com o apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES e da Fundação Gordon e Betty Moore.

Índice

04



Apresentação

07



Contextualização

09



**A metodologia da
construção dos planos
e o Desafio Conexsus**

12



**Diretrizes e ações
estruturantes**

18



Bloco Madeira-Purus

29



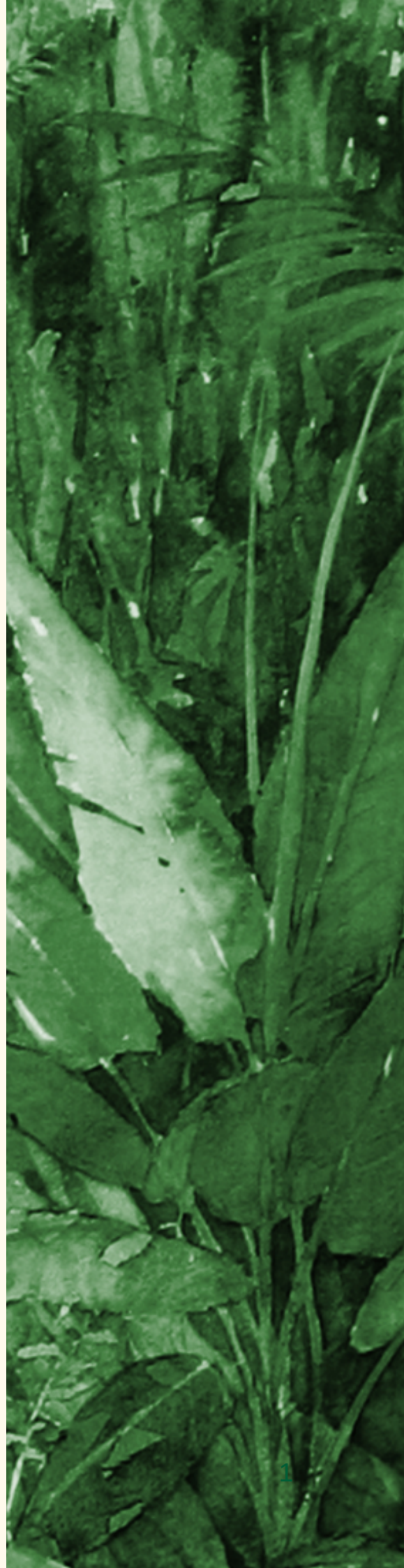
**Recomendações
específicas para o
bloco**

34



Lista de siglas

Apresentação





Este documento é fruto da parceria entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e o Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, para elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica que consiste em identificar as principais variáveis-chave de análise do potencial de desenvolvimento socioeconômico e indicar diretrizes e ações estratégicas para a consolidação e crescimento de Negócios Comunitários Sustentáveis (NCS) das áreas protegidas abrangidas pelo Projeto LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica.

Entende-se que NCS representam a convergência dos objetivos de conservação ecológica e de desenvolvimento socioeconômico nas áreas protegidas para gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios.

Este plano será utilizado para orientar e potencializar as ações do projeto LIRA, por meio:

1.

do apoio financeiro a atividades produtivas de uso sustentável da floresta junto às comunidades indígenas e extrativistas - criando alternativas que gerem renda, ampliem a segurança alimentar, contribuam para a redução da pobreza e do desmatamento.

2.

do protagonismo das organizações locais de base comunitária, ampliando arranjos de governança locais dos grupos sociais em vulnerabilidade social na proteção de seus territórios - formando e desenvolvendo capacidades individuais e organizacionais com intercâmbio de saberes.

3.

do engajamento dos diversos atores e elos das cadeias produtivas apoiadas, visando assegurar a viabilidade econômica para as alternativas produtivas fomentadas.

4.

da efetivação de instrumentos de gestão de áreas protegidas com participação social de forma inclusiva e integrativa.

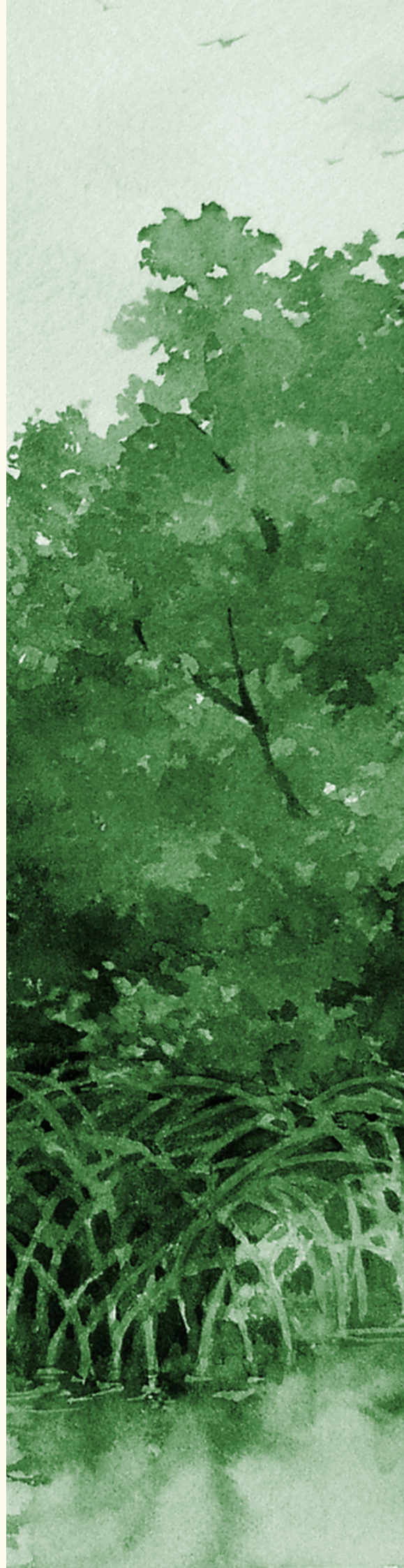
Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



O Plano de Promoção Socioeconômica também contribui para agenda mundial pautada nos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os próximos dez anos. As diretrizes e ações estratégicas nele contidas atendem metas vinculadas aos respectivos objetivos:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 5. Igualdade de Gênero; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 15. Vida Terrestre; 17. Parcerias e meios de implementação.

Contextualização



LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica

A criação e a manutenção de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) da Amazônia contribuem para a redução do desmatamento e para manter o equilíbrio climático, entre outros benefícios. No entanto, essas áreas vêm enfrentando dificuldades relacionadas à sua estruturação, gestão e implementação de ações de regularização fundiária e de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Essa situação agrava conflitos sociais e leva à degradação florestal, deixando vulnerável a floresta, a biodiversidade e os povos tradicionais que ali habitam.

Nesse contexto, nasceu o LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica. Trata-se de um projeto concebido para aumentar a efetividade da gestão dessas áreas até 2023. Sua missão é facilitar a articulação dos múltiplos atores da região, promovendo a gestão integrada com as organizações da sociedade civil, associações indígenas, comunidades locais, setor econômico e governos.

O território do projeto é de aproximadamente 80 milhões de hectares, que abrangem 86 áreas protegidas, sendo 43 Terras Indígenas e 43 Unidades de Conservação, agrupadas em seis blocos territoriais: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Norte do Pará, Xingu, Madeira-Purus e Rondônia-Acre.

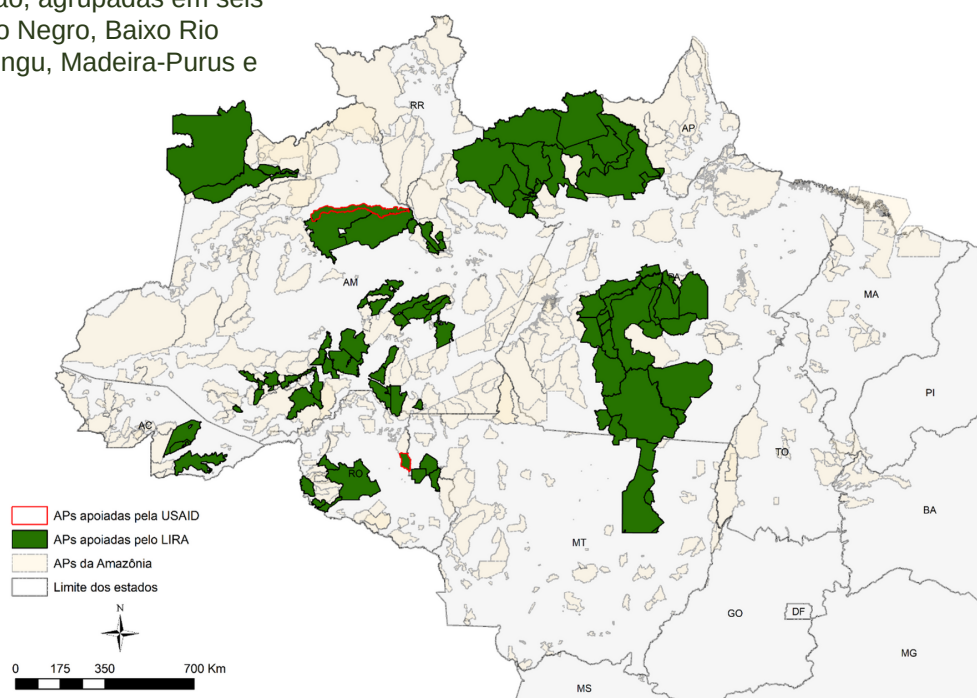
Conexsus

O Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua para ativar o ecossistema de negócios comunitários de impacto socioambiental, ampliando sua contribuição para a geração de renda no campo e para a conservação de florestas e biomas. Seu objetivo é fortalecer as iniciativas que mantêm a resiliência territorial e climática a partir do desenvolvimento de negócios sustentáveis no Brasil, com foco na agenda climática global e nos ODS da ONU.

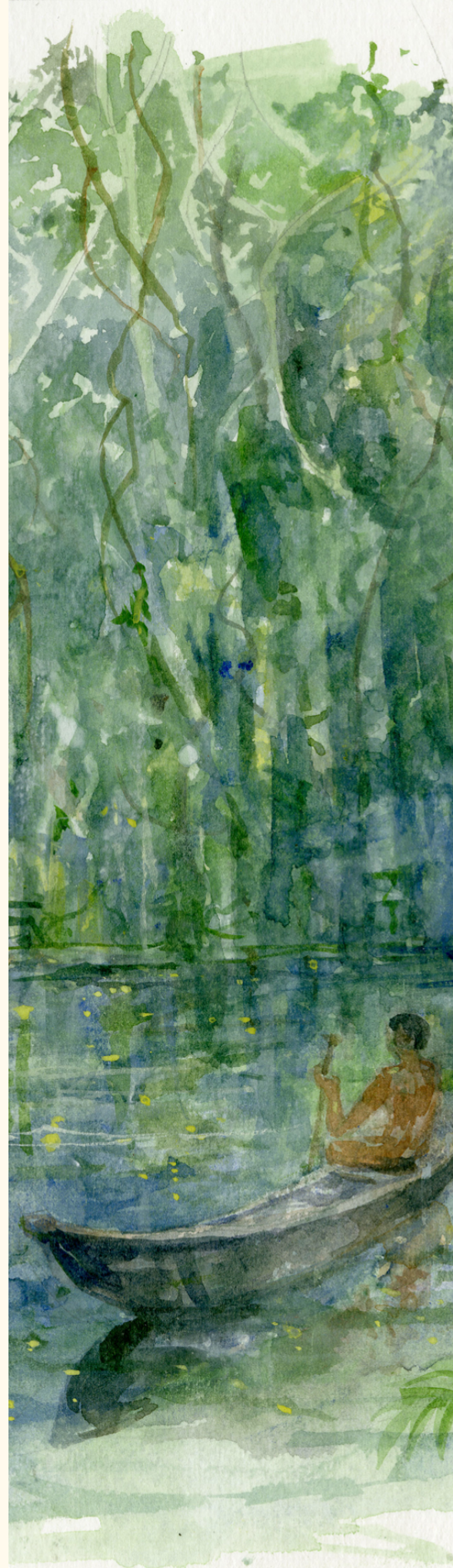
LIRA + Desafio Conexsus

A parceria do LIRA com o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) foi criada para identificar as principais oportunidades e obstáculos para inserção econômica das populações locais na economia regional. O objetivo é assegurar a ampliação das atividades produtivas sustentáveis, em especial o fortalecimento das organizações socioprodutivas (cooperativas e associações de produtores) das áreas protegidas.

Os Planos de Promoção Socioeconômicos (PPSE) são produto dessa parceria e foram elaborados para os seis blocos territoriais do LIRA.



A metodologia de construção dos planos e o Desafio Conexsus



A construção dos Planos de Promoção Socioeconômica esteve relacionada ao desenvolvimento do programa Desafio Conexsus, que permitiu identificar as principais variáveis do potencial de desenvolvimento socioeconômico das áreas protegidas abrangidas pelo LIRA. O programa buscou testar e validar um conjunto de soluções pré-concebidas para ativação do ecossistema de negócios comunitários de impacto, por meio de iniciativas de aceleração, modelagem, acesso a mercados e a recursos financeiros.



Etapas do Desafio Conexsus

Mapeamento

+ de 1000
cooperativas e associações de base comunitária em todos os biomas brasileiros mapeadas

Oficinas regionais

200
organizações participaram de oficinas regionais, em 2018

Ciclo de desenvolvimento

70
organizações foram selecionadas para participarem do Ciclo de Desenvolvimento

Laboratório de modelagem

35
participaram do Laboratório de Modelagem
9 inseridas nas APs contempladas pelo LIRA
+17 organizações inseridas nas UCs ou TIs do LIRA.

A presença nos territórios prioritários do LIRA foi uma das premissas no processo de seleção de organizações participantes do Laboratório de Modelagem. Ao todo, entre organizações mapeadas, entrevistadas e participantes das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus, em 2018, e das oficinas do Laboratório de Modelagem, em 2019, foram coletados dados e informações de 52 cooperativas e associações inseridas nas áreas protegidas do LIRA, permitindo a consolidação de uma amostra significativa para a elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica.

52 organizações

9 participaram do Laboratório de Modelagem



Para estes negócios foi aplicada a metodologia “Trilhas do Desenvolvimento” que permite um diagnóstico completo de mais de 70 indicadores em maturidade organizacional, potencial de negócio e contribuição socioambiental.

17 participaram das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus em 2018



Foi feito um levantamento de dados gerais sobre gestão, comercialização e contribuição socioambiental, com um nível de detalhamento mais profundo do que os dados secundários dispostos no cadastro junto à plataforma do Desafio.

26 foram cadastradas na plataforma de dados do Desafio Conexsus



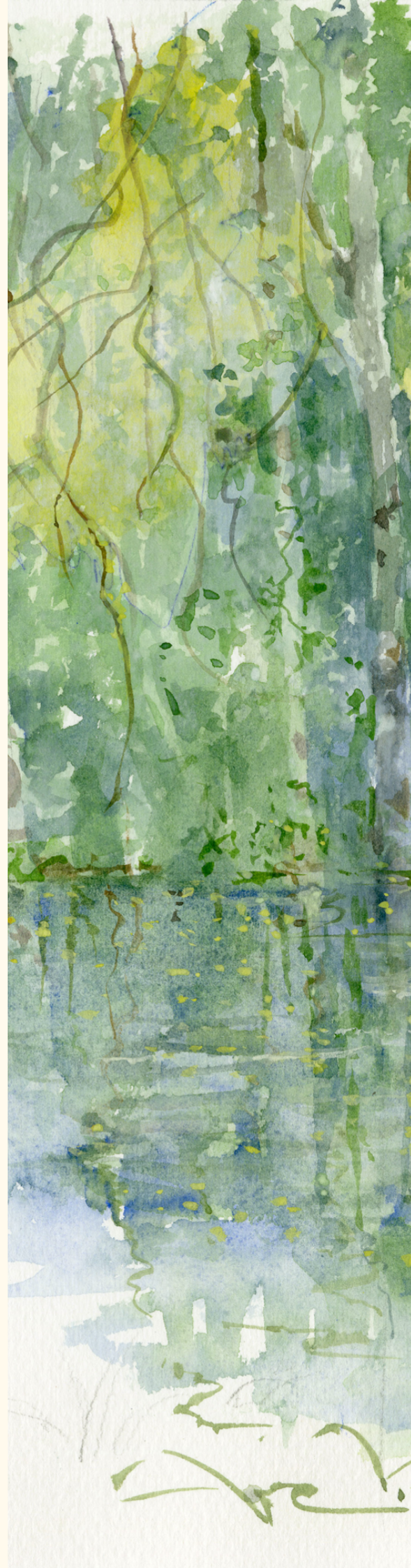
Foram levantadas informações autodeclaradas sobre as organizações a respeito de itens como faturamento, grupo social, origem da matéria-prima, modos de produção, participação feminina e jovem entre outras informações exploratórias.

Além do método diretamente associado às cooperativas e associações, as visitas de campo contaram com entrevistas a atores chave de cada ecossistema, tais como representantes do Estado (secretarias, órgãos de assistência técnica, entre outros), lideranças comunitárias, técnicos de instituições de apoio e pesquisadores.

Tudo isso permitiu uma leitura mais abrangente sobre o ambiente regulatório e sobre o funcionamento das cadeias de valor.

Cada bloco apresenta, ao final, uma análise sobre as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (análise SWOT/FOFA) para a promoção socioeconômica.

Diretrizes e ações estruturantes



A experiência do Desafio Conexsus permitiu identificar variáveis chaves para a promoção socioeconômica em unidades de conservação e terras indígenas, a partir das oficinas, leitura dos dados relacionados à maturidade organizacional das cooperativas e associações mapeadas, das análises sobre o posicionamento destes negócios em suas respectivas cadeias de valor e o ambiente regulatório ao qual estão submetidas.

Cada bloco de área protegida apresenta a sua especificidade histórica, ecossistêmica e institucional, mas foi possível traçar um conjunto de recomendações que se aplicam a todos os blocos por existirem desafios em comum entre diferentes regiões, resultantes de um processo comum e geral de formação histórica e institucional sobre a governança e gestão das áreas protegidas, sobre programas e políticas públicas de fomento à produção agrícola e extrativista, à promoção da educação pública e gratuita e à subvenção econômica de cooperativas e associações.

A seguir, será apresentado um conjunto de ações estruturantes para o fomento e sustentabilidade econômico-financeira de negócios comunitários de impacto nas áreas protegidas, contendo as recomendações traçadas e os atores sociais aos quais a recomendação é direcionada. Neste caso, é importante observar que diferentes atores sociais possuem papéis-chave na ativação do ecossistema de negócios comunitários em áreas protegidas, demonstrando que o processo de ativação não depende, exclusivamente, de um fomento direcionado unicamente a cooperativas e associações.

Tema:

Conselhos de desenvolvimento

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) somente será totalmente eficaz a partir de uma harmonização maior entre o conjunto de alimentos pedidos nas chamadas públicas e o conjunto de produtos alimentícios ofertados pelas organizações comunitárias, em especial aquelas localizadas nas áreas protegidas. Neste sentido, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre lideranças, gestores, professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública de ensino em torno de chamadas mais inclusivas à realidade produtiva das organizações comunitárias locais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Municípios: Implementador de política pública

Qualquer estratégia local de desenvolvimento rural deve ser construída de maneira participativa e representativa, incluindo lideranças e atores estratégicos de organizações de base comunitária na elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Para tanto, é essencial que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) tenham estrutura e recursos para funcionar enquanto espaços de reivindicação popular de ações e projetos específicos ao setor extrativista e da agricultura familiar.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Município: Implementador de política pública

Tema:

Negócios comunitários (modelagem, planejamento e capacitação)

É necessário que instituições de apoio desenvolvam um conjunto de ações contínuas de aprimoramento dos modelos de negócio das organizações de base comunitária, a fim de tornar os processos internos de tomada de decisão mais eficientes, consolidar processos de gestão produtiva adequados ao conjunto de normas técnicas e critérios de escolha do mercado vislumbrado – seja ele público ou privado –, mensuração e cálculo dos custos fixos e variáveis e mapeamento e definição de equipe e recursos-chave para operar. Isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas por consultoria especializada, para uso dos associados e cooperados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Para o desenvolvimento de negócios comunitários é de fundamental importância a elaboração de um plano estratégico ou de negócios, construído de forma participativa e dinâmica, regularmente revisado e atualizado, com objetivos, estratégias, ações, metas e definição dos mecanismos de acesso à crédito, incluindo administração dos recursos e devolução dos valores até as datas pactuadas. Isso facilita o diálogo com os agentes financeiros e dá mais segurança aos associados do negócio comunitário em suas estratégias produtivas, comerciais e de acesso ao crédito rural.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Mediante a compartilhada dificuldade de acesso à informação sobre normas fitossanitárias, é importante que sejam fomentadas ações de capacitação em boas práticas de coleta, extração, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, em especial através de cursos, manuais e tecnologias digitais, os quais podem ser importantes instrumentos de apoio para aprimorar o volume e modos de comercialização. Essas ações podem ser fomentadas por múltiplos atores, desde as organizações comunitárias até as próprias empresas que comprem os produtos dessas organizações.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Tema:

Arranjos comerciais

Tendo em vista que, em muitos casos, há uma presença de grande número de intermediários nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, é essencial que sejam discutidos e implementados mecanismos para aproximar as organizações comunitárias de seus compradores/consumidores finais, a fim de aumentar o valor agregado territorialmente. Neste sentido, é essencial fomentar redes de ativação de comércio justo e a criação de novos arranjos comerciais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

A fim de aumentar a participação dos produtos de organizações de base comunitárias nas economias regionais é preciso que haja a criação de alianças comerciais entre diferentes organizações comunitárias, inclusive com organizações de fora das áreas protegidas, de uma mesma região. O objetivo dessas alianças é possibilitar que, juntas, elas tenham produtos em quantidade e qualidade e consigam estabelecer processos logísticos de armazenagem e entrega eficientes que as qualifique para atender a demanda gerada pelas chamadas públicas e pelos diferentes mercados privados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Municípios: Implementador de política pública

Estado: Implementador de políticas públicas

Tema:

Licenciamento da atividade produtiva

Governos federal e estadual, em diálogo com as organizações comunitárias e instituições de apoio devem elaborar um plano de trabalho para simplificar o processo de licenciamento ambiental de atividades extrativistas e da agricultura familiar de organizações comunitárias situadas nas áreas protegidas, levando em consideração o que os planos de manejo ou Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) já dispõem sobre a regulamentação do manejo e de atividades agrícolas nesses territórios.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estados: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de políticas públicas

Tema:

Acesso a crédito e recursos não reembolsáveis

É preciso estabelecer estratégias continuadas de educação financeira e educação para crédito rural para que elas tenham condições de acessar linhas de crédito adequadas às suas necessidades de capital de giro, investimento e agregação de valor, dados os contextos ambiental, econômico e social em que estão inseridas. O envolvimento dos agentes financeiros também serve ao objetivo de evidenciar entraves burocráticos que estão impedindo o acesso à determinadas linhas do crédito rural e possibilitar a co-criação entre agentes financeiros, organizações comunitárias e instituições de apoio de soluções processuais para facilitar o acesso à crédito por negócios comunitários.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Entre as diferentes linhas de crédito disponíveis para extrativistas e agricultores familiares recomenda-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a fonte mais estável, com o menor custo, a maior oferta e de mais fácil acesso. Na preparação das organizações comunitárias para acessar o PRONAF deve-se estar atento para elementos como regularização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e oferta de garantias para o agente financeiro;

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Para uma organização comunitária acessar crédito rural é preciso criar uma conta domicílio (conta corrente) em agências de bancos ou de cooperativas de crédito. Recomenda-se uma análise prévia por parte das organizações comunitárias e instituições de apoio sobre qual é a agência (física) mais estratégica em termos de criação e manutenção de um relacionamento duradouro, considerando a localização, o perfil do gerente e o nível de inadimplência de cada uma delas, pois níveis muito elevados de inadimplência podem impossibilitar uma agência de conceder mais créditos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

A fim de alavancar os processos de capitalização entre as organizações comunitárias, é essencial que instituições de apoio, agentes financeiros e empresas compradoras promovam mecanismos híbridos de financiamento, nos quais, idealmente, recursos não-reembolsáveis possam ser utilizados para facilitar/garantir a aquisição de créditos em volume maior do que o usual, aumentando o nível de recursos à disposição das organizações para investimento, custeio e comercialização. Finalmente, para organizações que ainda não possuem capacidade institucional para acessar crédito rural em agentes financeiros oficiais, os recursos não reembolsáveis podem ser usados para viabilizar a operação do negócio (recursos para investimento, custeio e comercialização), desde que seja elaborado um plano de negócios que preveja a gradual independência financeira dos negócios em relação a recursos não reembolsáveis, diminuindo o risco de paralisação do negócio em momentos de interrupção da captação desses recursos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Empresas compradoras: desenvolvedor de cadeia

Tema:

Apoio contábil / jurídico

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio executem projetos de assessoria técnica / jurídica às associações e cooperativas de agricultura familiar para fomento e regularização da DAP para pessoas jurídicas, a fim de incrementar o número de organizações de base comunitária aptas a participarem de chamadas públicas para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, especialmente o PNAE e o PAA, bem como para que essas organizações possam acessar determinadas linhas de crédito do PRONAF que exigem “DAP Jurídica”.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

É imprescindível que organizações comunitárias e instituições de apoio criem mecanismos para oferecer serviços de assessoria contábil às organizações de base comunitária, especializados em associativismo e cooperativismo, capazes de apoiar essas organizações em seus processos de definição de personalidade jurídica (associação ou cooperativa), contratação de pessoal e pagamento de impostos e, assim, evitar a existência de qualquer pendência junto às Secretarias da Fazenda e Receita Federal que possa inviabilizar a contração de crédito e comercialização via compras públicas.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

No plano fiscal, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio elaborem e apresentem aos governos estaduais estudos e pareceres sobre a revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos produtos da sociobiodiversidade, principalmente para as modalidades que já sofreram algum tipo de beneficiamento – e.g., óleos e manteigas –, uma vez que estas ainda apresentam alíquotas extremamente altas e comparáveis a produtos que não são da base rural sustentável, reduzindo sua competitividade econômica.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Bloco Madeira-Purus



O território e suas Áreas Protegidas

21 ÁREAS PROTEGIDAS

- 6 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS): RDS Piagaçu-Purus (1.008.167 hectares), RDS Igapó-Açu (397.557 hectares), RDS do Rio Amapá (216.019 hectares), RDS do Matupiri (179.083 hectares), RDS do Rio Madeira (283.117 hectares) e RDS do Juma (589.611 hectares);
- 3 Reservas Extrativistas (RESEX): RESEX Canutama (197.986 hectares), RESEX Médio Purus (604.231 hectares) e RESEX Ituxi (776.323 hectares);
- 9 Terras Indígenas (TI): TI Água Preta/Inari (140.000 hectares), TI Seruini/Mariene (145.000 hectares), TI Camicua (59.000 hectares), TI Caititu (308.000 hectares), TI Nove de Janeiro (229.000 hectares), TI Ipixuna (215.000 hectares), TI Diahui (47.000 hectares), TI Tenharim/Marmelos (498.000 hectares) e TI Tenharim/Igarapé Preto (87.000 hectares); 2 Floresta Estadual (FLOTA): FLOTA Tapauá (881.704 hectares) e FLOTA Canutama (150.588 hectares);
- 1 Parque Estadual (PAREST): PAREST Matupiri (513.747 hectares);
- 2 Florestas Nacionais (FLONA): FLONA Humaitá (472.454 hectares) e FLONA Balata-Tufari (1.079.911 hectares).



*Este estudo considera associações e cooperativas das áreas protegidas e do entorno dessas áreas

São 7.350.498 hectares = 5,7% do tamanho total das unidades de conservação na Amazônia Legal [1] áreas indígenas = 1.728.000 hectares = 1,5% do tamanho total das terras indígenas demarcadas na Amazônia Legal [2]

[1] <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados> [2] https://piib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs_



Áreas Protegidas

Ampla difusão das áreas protegidas por um território geograficamente vasto que se estende do baixo Madeira até o médio Purus, tocando a tríplice fronteira Amazonas/Mato Grosso/Pará, na divisão com Rondônia e com o estado do Acre.

O bloco do Madeira-Purus e o bloco Xingu são os maiores de todos do Projeto LIRA.

Município/População

- Apuí / 18.007
- Boca do Acre / 30.632
- Canutama / 12.738
- Coari / 75.965
- Humaitá / 44.227
- Lábrea / 37.701
- Manicoré / 47.017
- Novo Aripuanã / 25.644
- Pauini / 18.166
- Tapauá / 19.077

Total = 329.174

População por municípios do bloco
Fonte: IBGE, 2019

Diversidade sociocultural

Diversos povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas estão dispostos lado a lado em alguns municípios, com assentamentos erguidos na segunda metade do século XX – alguns deles, na época, sendo os maiores assentamentos da América Latina, como o Projeto de Assentamento Rio Juma, no município de Apuí; PA Acari, em Novo Aripuanã; e PA Matupi, em Manicoré.

Característica importante: concomitância territorial com a “fronteira do desmatamento”: encontram-se, ao longo do seu traçado, as cidades com as maiores taxas de desmatamento de todo o estado do Amazonas, impulsionadas especialmente pela atividade pecuária. Os municípios de Apuí, Boca do Acre, Lábrea e Humaitá concentram o maior rebanho do estado e um dos maiores rebanhos de toda a Amazônia.

Por serem originalmente regiões de assentamento, tais municípios sofreram com ondas sucessivas de migrações por parte de especuladores, fazendeiros e grandes pecuaristas, compromissados a adquirir e ocupar lotes abandonados ou de pouco valor econômico dos primeiros parceiros [3]. Isso motivou a implementação de práticas agrícolas e pecuárias herdadas de outras regiões do Brasil dentro do bioma amazônico, dando início a um contencioso processo de disputa pela terra. Em especial, a margem sul do bloco é marcada por diversos conflitos na propriedade da terra, com relatos de invasões em seringais, terras indígenas e unidades de conservação [4]. Programas governamentais de regularização fundiária – o mais recente deles o Programa Terra Legal, do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – tentaram controlar e reverter o caos fundiário da região, mas estiveram longe de pôr fim a uma disputa histórica sobre a propriedade da terra nestas regiões fronteiriças.

Modos divergentes de uso da terra e a existência de uma constante pressão pelo asfaltamento da BR-319 – rodovia que liga Porto Velho a Manaus e que atravessa boa parte das áreas situadas no bloco - aumentam a tensão socioambiental no Madeira-Purus. Há urgência na consolidação das áreas protegidas como uma das estratégias possíveis e necessárias para conter o avanço do desmatamento no estado do Amazonas. Não à toa, na gênese de seus respectivos processos de formação e demarcação, muitas das áreas protegidas do bloco foram criadas com a motivação de conter o avanço da produção agropecuária extensiva – áreas como a FLONA Humaitá e RESEX Ituxi, por exemplo. Iniciativas da sociedade civil em torno do “Observatório da BR-319” podem ser importantes para fomentar discussões e ações práticas para conter o desmatamento ao longo dessa via: de acordo com dados de relatório do Observatório, se asfaltada, a rodovia tem o potencial de desmatamento, até 2050, de 76.112 km² [5]. São essenciais modelos alternativos de desenvolvimento socioeconômico.

[3] FRIZO, Pedro. “Os Parce(le)iros da Amazônia: fundamentos institucionais de uma economia da floresta em pé”. São Paulo: Editora Annablume, 2019.

[4] <https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PublicacaoconflitosBocadoAcre.pdf>.

[5] <https://idesam.org/publicacao/simula-desmatamento-br319.pdf>.

Ecosistema das organizações

ORGANIZAÇÕES	FAIXA DE FATURAMENTO ANUAL (2017)	ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA	ABRANGÊNCIA DE MERCADO	NÍVEL DE BENEFICIAMENTO
ACOSAMA	Até 120 mil	UCs	Não acessa	In natura
AMABES	Até 120 mil	UCs	Não acessa	In natura
AMALCG	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
AMARI	De 121 a 600 mil	UCs	Municipal	In natura
AMARJUMA	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
APADRIT	De 121 a 600 mil	UCs	Municipal	In natura
APITC	De 121 a 600 mil	Terra indígena	Municipal	In natura
ASPAC	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
ASPACS	De 121 a 600 mil	UCs	Nacional	In natura
ATAMP	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
COOPEMA	De 121 a 600 mil	UCs	Estadual	In natura
COOPERAR	De 121 a 600 mil	UCs	Internacional	In natura
COOPMAS	De 121 a 600 mil	Misto	Nacional	Industrializado
COVEMA	Até 120 mil	UCs	Nacional	Minimamente
CPZ05 DE CANUTAMA	De 121 a 600 mil	UCs	Estadual	In natura

Sumário das organizações com finalidade econômica mapeadas no Desafio Conexsus no bloco Madeira-Purus.
(Fonte: Desafio Conexsus, 2018)

Ecosistema mais amplo

Embora desde o princípio tenha sido postulado que os dados levantados no Desafio Conexsus constituem uma amostra do universo real de organizações comunitárias na Amazônia, vale ressaltar que o número de negócios comunitários de impacto mapeados condiz com uma parte da quantia total desses empreendimentos no ecossistema de organizações do bloco, o que aponta a uma base concreta de potencial de articulação produtiva e comercial.

Diferentes modos de uso da terra

relativamente diferente entre as áreas protegidas do bloco – algo esperado, dada a sua abrangência. (Figura 1)

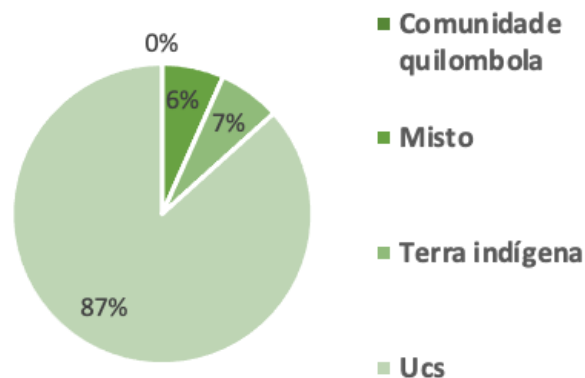


Fig. 1: Origem da matéria-prima no Madeira-Purus
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

Médio Purus.

Organizações em geral focadas na produção da borracha, com um nível de estruturação um pouco maior e motivadas a acessar políticas públicas, especialmente a PGPM-Bio – política que opera de maneira satisfatória na cadeia da borracha.

Manicoré e baixo Madeira.

Nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, encontram-se organizações produtores de castanha do Brasil, açaí e alguns itens de agricultura, como melancia e mandioca e derivados, com um grau de maturidade organizacional um pouco menor. Algumas organizações desta microrregião, como a COVEMA e a COOPEMA, ambas de Manicoré, centralizam as operações comerciais com associações menores, porém enfrentam dificuldades financeiras que desafiam a sua viabilidade econômica.

Mosaico do Apuí.

Na margem Sudeste do bloco, dentro e à margem do mosaico de áreas protegidas do Apuí, encontram-se algumas terras indígenas – entre elas a maior TI do bloco: TI Tenharim/Marmelos. Estas áreas protegidas são de suma importância não somente por sua biodiversidade e complexidade cultural própria, como também “barreiras” iminentes ao arco do desmatamento que avança sobre a Amazônia, impulsionado pela criação de gado de corte e grilagem de terras no extremo norte do Mato Grosso.

Intercooperação como instrumento de alavancagem

Articulações produtivas e comerciais podem ser meios importantes de expandir a capacidade produtiva, de agregação de valor e de venda das organizações comunitárias, especialmente através do acesso a máquinas e equipamentos, chamadas públicas e arranjos privados de comercialização. No caso do município de Manicoré, por exemplo, associações como a AMALCG comercializam produtos do extrativismo com a cooperativa COVEMA, estabelecendo uma pequena cadeia de fornecimento de produtos da sociobiodiversidade – embora laços como estes ainda precisam ser melhor estruturados, especialmente em seu aspecto financeiro e contábil. A organização de cooperativas a partir de associações de base é um importante caminho para ampliar a margem de comercialização justa no território, agregando valor se comparado aos métodos convencionais de venda através de intermediários.

Organizações de apoio e as questões fundiárias

Estão voltadas para o ordenamento territorial, principalmente devido à sensibilidade dessa questão em um contexto tão próximo do avanço do desmatamento + ampla presença de modos extensivos de utilização da terra e dos recursos florestais. O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), por exemplo, tem atuado dentro de seu Programa de Ordenamento Territorial o tema da regularização fundiária através do fomento à emissão de contratos de concessão de direito real de uso, bem como à realização de estudos e diagnósticos sobre a propriedade da terra entre comunidades tradicionais, populações extrativistas e indígenas.

Apoio na promoção socioeconômica

Uma das últimas ações de apoio para a promoção socioeconômica na região foi o edital “Floresta em Pé”, coordenado pela FAS e que teve como uma das beneficiárias da região a COOPEMA, auxiliando-a na compra de uma balsa e outros equipamentos para facilitar a colheita do açaí nas comunidades, diminuindo o poder de barganha de atravessadores. Ações como essa, no entanto, podem ser potencializadas se pensadas conjuntamente com outras ações estruturantes aos negócios comunitários para além da capacidade de produção, tais como acesso a mercados, acesso a créditos, modelagem de negócios e participação em políticas públicas de comercialização e subvenção.

Ausência de articulações privadas de comercialização em cadeias agroalimentares justas.

Diferentemente dos blocos do Alto e Baixo Rio Negro, Xingu e Norte do Pará, o Madeira-Purus não recebe nenhuma iniciativa de articulação comercial entre empresa e comunidade extrativista, tal como a iniciativa Origens Brasil® – a qual representa importante fonte de renda para os negócios comunitários de impacto situados em sua área de atuação. Com efeito, e entre outras razões, prevalece no bloco em questão o município como principal locus de comercialização, sendo as feiras municipais o modelo de venda mais abundante entre as organizações mapeadas.

Outros membros do ecossistema

Para além das organizações e iniciativas citadas acima, outras instituições, públicas e privadas, nacionais e internacionais, formam parte do ecossistema de produção, comercialização e distribuição dos produtos das áreas protegidas do Madeira-Purus, seja através de projetos, política públicas ou ações de advocacy e sensibilização. A partir do levantamento de parcerias feito no Desafio Conexsus, foi possível constatar a seguinte nuvem de parceiros locais das organizações comunitárias:

NACIONAIS

Instituições públicas

DEMUC - Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação, SEMA-AM

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPROR - Secretaria de Estado de Produção Agrícola, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas

ADS/AM - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FVS - Fundação de Vigilância e Saúde do Estado do Amazonas

Terceiro setor

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil

FAS – Fundação Amazonas Sustentável

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento da Amazônia

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Casa do Rio

IFT – Instituto Floresta Tropical

INTERNACIONAIS

Instituições públicas

KfW - Banco de Desenvolvimento (KfW Entwicklungsbank)

Terceiro setor

GREENPEACE

WWF – World Wide Fund for Nature

Ampla variedade de apoio

Devido à diversidade social e territorial do bloco, estão presentes diversas ações de apoio, cada uma focada ao complexo cultural e ambiental em que se assenta cada grupo social.

Ambiente regulatório

Ações para consolidação e fomento a áreas protegidas: áreas traçadas dentro do bloco Madeira-Purus foram atendidas por coalizões e iniciativas de fôlego, por exemplo o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). As áreas protegidas do bloco apresentam ótimos avanços de estruturação de conselhos gestores, planos de manejo e funcionamento dos conselhos. Avanços a serem feitos: no que diz respeito à sinalização e, principalmente, instalações de infraestruturas para a gestão da unidade – a maioria das áreas protegidas não possui nenhum tipo de instalação mínima para os órgãos gestores. Um número relativo de áreas protegidas do bloco é contemplado pelo Programa Bolsa Floresta, criado pela antiga Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, atualmente, pela FAS. A RDS Piagaçu-Purus, RDS do Juma, RDS do Rio Amapá e RDS do Rio Madeira são contempladas pelo programa que é direcionado exclusivamente a unidades de conservação de caráter estadual no Amazonas. Nas áreas mencionadas, o programa contempla mais 160 comunidades e de 2900 famílias, principalmente em sua área de geração de renda e infraestrutura.

Assistência técnica com pouco foco nas cadeias da sociobiodiversidade.

Ressalta-se a necessidade de as ações estatais de assistência técnica e extensão rural estarem mais focadas na promoção produtiva e comercial dos produtos da sociobiodiversidade. De acordo com o último relatório de gestão (2018) do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), somente houve uma linha de ação focada na promoção de cadeias da sociobiodiversidade e com foco no fomento a atividades associativas/cooperativas. Além disso, historicamente as atividades agropecuárias tem recebido um volume maior de recursos e de ações de extensionistas do que as atividades do extrativismo [6].

[6] <http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/RAIDAM2017.pdf>; FRIZO, Pedro. “Os Parce(le)iros da Amazônia: fundamentos institucionais de uma economia da floresta em pé”. São Paula: Editora Annablume, 2019. Capítulo 3.

Fundos estaduais e entraves históricos.

De maneira geral, as unidades de conservação do Amazonas apresentam um histórico significativamente estrangido em termos de contração de recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis de seus Fundos Públicos estaduais com foco na promoção econômica sustentável. O Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (FEMUCS) e o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), instituídos, respectivamente, em 2007 e 2005, nunca operaram de acordo com sua capacidade original de operação, em partes devido à ausência de dispositivos claros de funcionamento, concessão de recursos e gestão dos mesmos.

Reduzida presença das agências bancárias.

O relacionamento contínuo com as instituições e agentes financeiros é essencial para a concessão de crédito, tendo em vista que intensifica os laços de confiança entre o credor e a organização comunitária. No caso do Madeira-Purus, essa relação se dificulta pela ausência de agências do Banco da Amazônia (BASA) em algumas das cidades em que estão nas áreas protegidas, a saber: Manicoré, Lábrea e Canutama.

Novas institucionalidades entre fundos estaduais.

Com o Decreto nº 40.768/2019, o FEMUCS passa a ter uma regulamentação mais clara acerca de suas fontes de recursos, aplicação dos mesmos, administração, composição de agentes executores e protocolos para prestação de contas, o que reduzi a assimetria de informação em relação ao instrumento legal. Da mesma forma, em outubro deste ano, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM) aprovou as regras gerais para acesso aos recursos do FEMA, os quais totalizam mais de 5 milhões de reais, advindos da aplicação de multas ambientais e compensações ambientais. Instituídos há mais de uma década, ambos os instrumentos financeiros foram subutilizados no fomento de projetos econômicos sustentáveis, que fortalecessem a geração de renda nas áreas protegidas do Amazonas.

Variabilidade entre os anos na execução da PGPM- Bio.

Embora o volume total – tomando janeiro de 2018 como data inicial da análise – de execução da PGPM- Bio na região ocorra a níveis satisfatórios, o valor total para o período é de pouco mais de cento e oitenta (180) mil reais. A taxa de execução tem apresentado alta variabilidade entre os anos. 2018 = mais de 160 mil foi executado na região em três cadeias: borracha, açaí e andiroba. 2019 = pouco mais de 20 mil reais foi executado, contemplando apenas as cadeias do açaí e do cacau. É necessário maior continuidade e estabilidade na execução da política, maiores ações de acesso à informação e regularidade documental para a liberação do fomento.

DAPs jurídicas inativas.

Embora significativamente em condições melhores do que os demais blocos do LIRA, o Madeira-Purus ainda é marcado por uma conjuntura desfavorável no que diz respeito à posse da DAP jurídica (Figura 2). O documento é condicionante não somente à participação de organizações comunitárias em chamadas públicas do PNAE (ver Figura 3) e/ou do PAA, mas também declaração básica para acessar a PGPM-Bio e linhas de crédito do PRONAF. Com efeito, a ausência de DAPs ativas dificulta o acesso a políticas públicas que impactam diretamente na viabilidade econômico-financeira destes empreendimentos coletivos, nos apontando a uma urgente necessidade de conformação e regularização junto ao DAPWEB.

CAEs precisam ser regularizadas.

Apesar da maioria dos municípios estarem com os seus CAEs válidos, o Madeira-Purus é um dos blocos do LIRA que, proporcionalmente, possui um maior número de cidades com os CAEs diligenciados. Ressalta-se os municípios de Lábrea e Apuí como cidades onde os conselhos estão em estado “diligenciado”, o que dificulta a execução da política pública. Como próximo passo, faz-se necessário intensificar a participação civil e o funcionamento dos mesmos para maior harmonia entre as chamadas públicas da alimentação escolar e a base produtiva sustentável da região, bem como retomar as ações necessárias para validação do CAE quando houver necessidade.

Cadeias produtivas.

Castanha do Brasil, Mandioca e derivados e Açaí. Açaí: destacam-se as cidades do baixo Madeira, como Manicoré e Novo Aripuanã. Cadeias importantes com menor engajamento: frutas em geral (exemplo: melancia e laranja), pescado e hortaliças.

Agregação de valor e níveis de faturamento médio.

O bloco do Madeira-Purus, por sua representatividade expressiva na amostra levantada pelo Desafio Conexsus para a realização deste Plano, possui um faturamento quantitativamente alto (ver Figura 4). Qualitativamente, as faixas de faturamento apresentam uma maturidade maior em relação aos outros blocos do LIRA, já que predomina a faixa entre 121 a 600 mil reais anuais. No entanto, os níveis de agregação de valor (ver Figura 5) ainda permanecem baixos, com somente dois negócios comunitários com processos minimamente beneficiados.

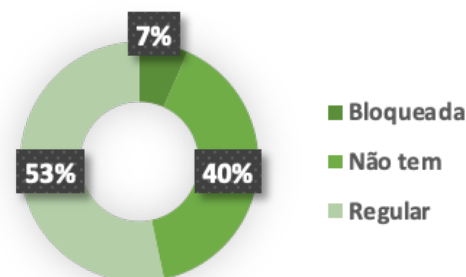


Fig. 2: Situação da DAP no Madeira-Purus.
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.

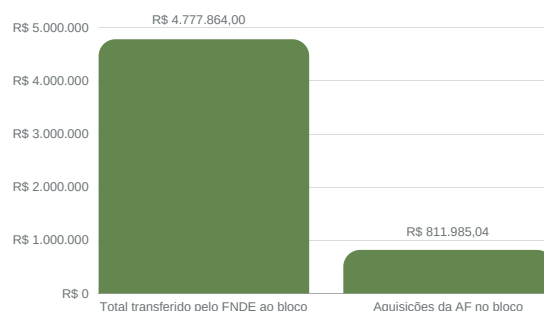


Fig. 3: Execução do FNDE no bloco
Fonte: FNDE, 2019

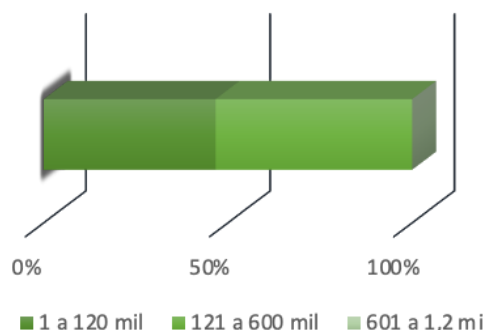


Fig. 4: Faixas de faturamento
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

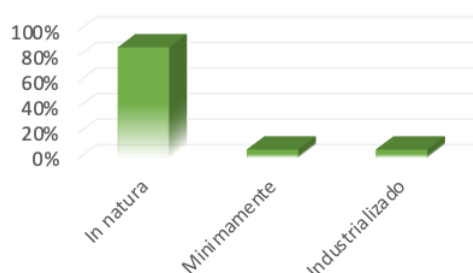


Fig. 5: Nível de beneficiamento
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.

Pouca venda através de mercados institucionais.

As organizações comunitárias situadas em áreas protegidas ainda têm bastante dificuldade em acessar os mercados institucionais. Para as cidades do bloco Madeira-Purus, segundo dados do FNDE em 2017, em média, somente 15% dos recursos repassados pelo Fundo foi executado na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, somente 40% das organizações mapeadas do bloco já acessaram a política pública, o que demonstra haver necessidades de se lidar com os entraves legais (como DAP, regularidade junto às SEFAZes ou adequação fitossanitária) e produtivos (como articulação produtiva e articulação distributiva) que impedem a maior participação. Notamos que um claro entrave também é a assimetria entre a base produtiva em áreas protegidas e os produtos pedidos nas chamadas do PNAE, em 2019.

Dificuldades de capitalização.

A fim de incrementar os níveis já satisfatórios de faturamento, uma das ações prioritárias é aumentar a capacidade técnica dos processos produtivos das organizações comunitárias, bem como prospectar mercados com demanda por produtos manufaturados – ambas as estratégias demandam a contração de recursos para investimento. No entanto, esta ação se faz dificultada pela pouca presença de agentes financeiros no território, ilustrado pela existência de agências financeiras do BASA e do BB em somente 33% e 55%, respectivamente, dos municípios do bloco.

Ecossistema povoado de organizações com diferentes graus de maturidade.

O bloco do Madeira-Purus é formado por um número expressivo de organizações comunitárias, fato positivo e que auxilia a dinamização econômica das áreas protegidas. Ao mesmo tempo, a lista é formada por organizações com distintos graus de maturidade organizacional (exemplo: COOPERAR versus ACOSAMA), o que demanda soluções de modelagem de negócios específicas para cada caso. Além disso, por sua abrangência territorial e diferentes trajetórias de formação socioeconômica, os modos distintos de uso da terra entre o médio Purus e o baixo Madeira demandam um olhar específico aos negócios localizados em cada microrregião, especialmente devido ao fato de atuarem com diferentes cadeias de valor, distintos níveis de acesso a políticas públicas e níveis de maturidade organizacional.

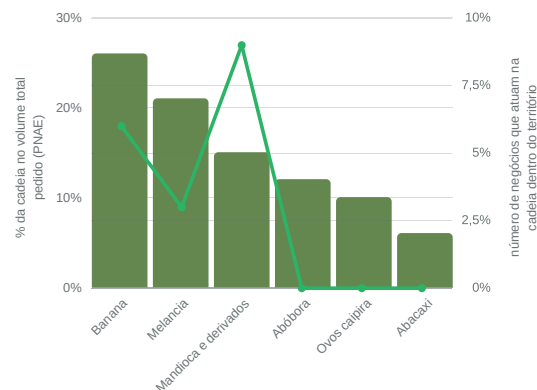
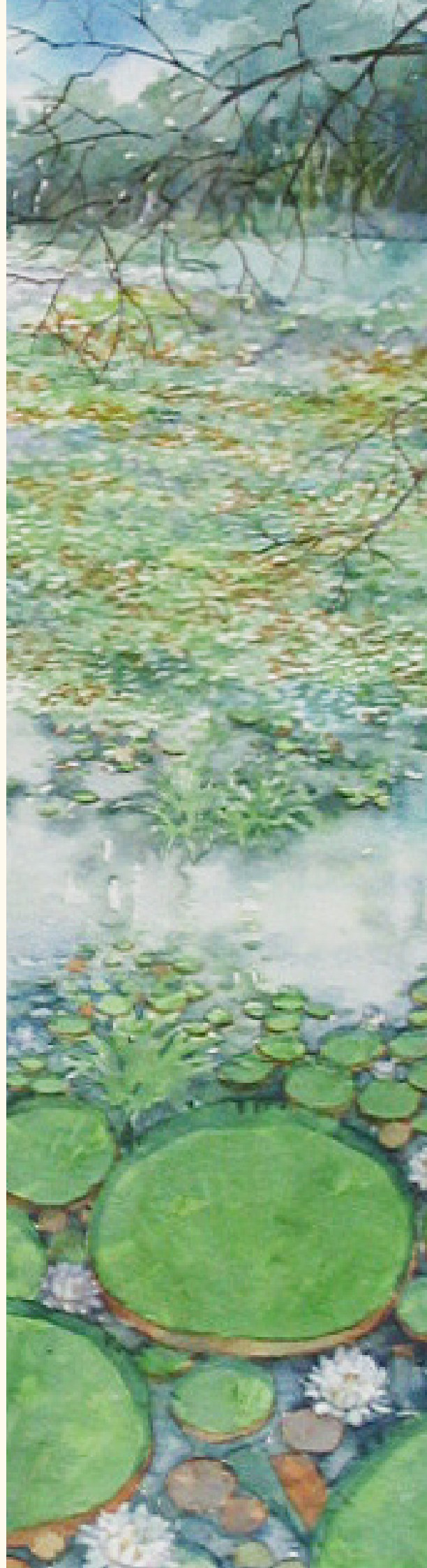


Fig. 6: Sincronia entre itens de maior volume nas chamadas do PNAE (barra) e cadeias predominantes no bloco (linha).
Fonte: SEDUC Amazonas, SEMUCs (Japurá, Santa Isabel e São Gabriel), 2019; Desafio Conexsus, 2018.

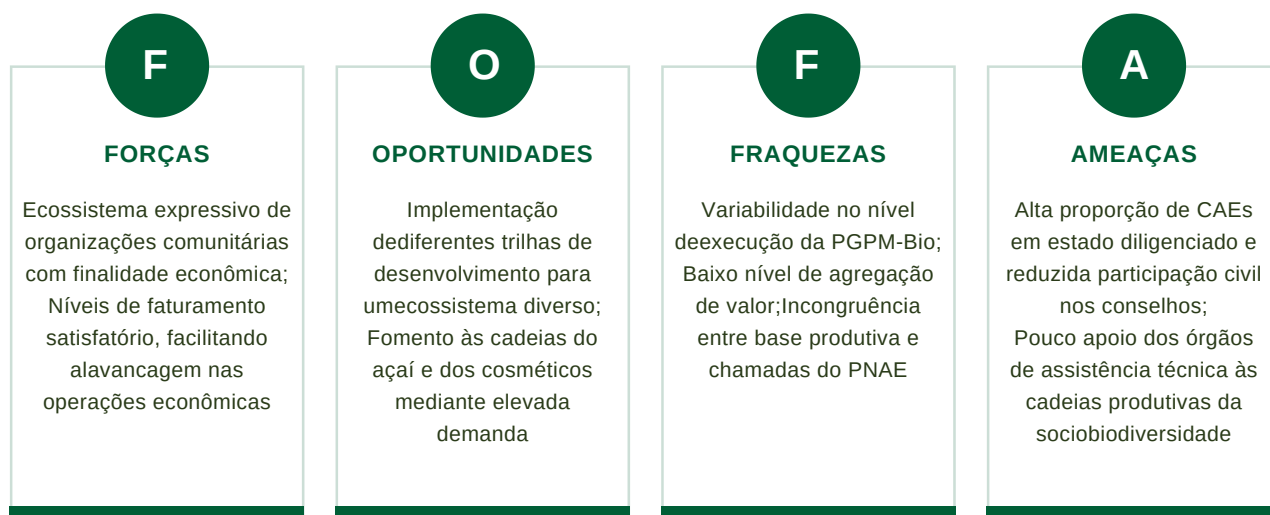


Fig. 7. Abrangência máxima de mercado
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

Recomendações específicas para o bloco



Análise FOFA para o bloco Madeira-Purus:



Fraquezas e Ameaças

As políticas públicas de fomento à comercialização e à subvenção para as organizações comunitárias precisam ser melhor apropriadas no bloco. Para tanto, retomar as discussões nos CAEs em estado diligenciado é essencial, a fim de haver uma coesão maior entre nutricionistas, pais, extrativistas, funcionários públicos e outras partes interessadas. Ao mesmo tempo, uma maior articulação produtiva para reduzir as assimetrias entre as demandas e a oferta de gêneros alimentícios é essencial para aumentar a execução dos 30% mínimos reservados para a agricultura familiar e extrativistas.

Forças e Oportunidades

Ressalta-se o expressivo número de organizações com finalidade econômica, o que facilita a dinamização da produção, distribuição e comercialização de mercadorias. Nesse sentido, ações de modelagem de negócios podem ter um efeito potente de alavancar a maturidade organizacional do ecossistema de organizações no bloco. Similarmente, aproveitar os níveis de faturamento satisfatórios pode ser uma via importante para a oferta de garantias para acesso a crédito.

Diretrizes e ações estruturantes

AÇÃO

Ações em modelagem de negócios.

DESCRIÇÃO

É crucial que organizações do terceiro setor, instituições públicas, associações e cooperativas envolvam-se em ações de modelagem de negócios. Como recomendado no sumário executivo, isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o público em questão.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

IEB, IDESAM, FAS, SEBRAE-AM, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Construção de ferramentas autoaplicáveis de planejamento e modelagem de negócios. Para tanto, é essencial a sensibilização de lideranças sobre a importância da modelagem de negócios, capacitação de gestores e planejamento a partir da identificação e dimensionamento das oportunidades de comercialização na cadeia inserida.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Chamada “Edital Floresta em Pé” e sua atuação na região a partir do condicionamento de doações a partir da apresentação de um plano de aplicação do recurso: <http://fas-amazonas.org/edital/>

AÇÃO

Efetivação do crédito rural (PRONAF), dos fundos públicos e da PGPM-Bio.

DESCRIÇÃO

É essencial que as organizações comunitárias acessem um volume maior de crédito público subvencionado, especialmente o PRONAF, dada a sua atratividade em termos de taxas de juros e períodos de carência. Ao mesmo tempo, é necessário dar continuidade às ações recentemente tomadas de regulamentação dos fundos públicos do Amazonas – FEMUCS e FEMA –, a fim de facilitar a contração de recursos de fomento disponíveis em ambos os fundos. Por fim, mas não menos importante, é necessário que haja um maior acesso à informação sobre a PGPM-Bio, bem como ações efetivas de regularização documental, a fim de dar início à execução da política no território, dada a sua inexecutabilidade até então.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

BASA, BB, CONAB, SEMA-AM, IDAM, CEMAAM e SEFAZes municipais, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Ações concretas de educação financeira junto aos cooperados e associados, dispor de diretrizes claras dentro do planejamento estratégico de cooperativas e associações para a resolução de dívidas de seus sócios; articulação com bancos para a construção de planilhas de mensuração de risco para as operações produtivas da sociobiodiversidade; força tarefa para regularização da DAP física e jurídica; estruturação de fundos de aval, bem como instrumentos de recuperação de crédito em cooperativas e associações incapacitadas de contrair crédito por condição de pagador; apresentação de plano de negócio estruturado e viável ao agente financeiro, com o qual deve haver uma relação contínua de confiança.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Liberação do primeiro crédito PRONAF custeio para organização de manejo florestal comunitário e familiar: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/pela-primeira-vez-pronaf-concede-credito-para-manejo-florestal-comunitario>

AÇÃO

Fomento aos instrumentos de compras públicas.

DESCRIÇÃO

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e de apoiadores para pensar em estratégias de advocacy junto aos governos municipais para que os CAEs tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública. Ao mesmo tempo, articulações produtivas são essenciais para ser possível o atendimento a chamadas públicas, sem haver a necessidade de recorrer a fornecedores de gêneros alimentícios que não se enquadrem na categoria jurídica da agricultura familiar.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

CONAB, IDAM, IEB, IDESAM, FAS, IPAM, CNS, IFT, CAEs, IDAM, Secretarias Municipais de Produção Rural, SEPROR e CMDRs, com foco de ação em associações e cooperativas. Ao mesmo tempo, associações e cooperativas devem assumir o protagonismo nos conselhos municipais e na formação de alianças produtivas e comerciais locais.

DIRETRIZES

Articulações produtivas em rede entre organizações, a fim de ampliar número de produtos passíveis de serem atendidos nas chamadas públicas; estar em conformidade com os documentos e certidões requeridas nos editais, bem como aos padrões de regularidade fitossanitária; articulação com nutricionistas, responsáveis por licitações, gestores e pais, especialmente através de protagonismo nos CAEs, para maior conformidade entre lista de gêneros alimentícios pedidos e base de produtos produzidos na região.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Mercados verdes e a ampliação da comercialização de organizações da agricultura familiar no PNAE:

https://www.giz.de/en/downloads/Mercados_Verdes_BMZ_PT_Brasil.PDF

SIGLAS

A

ABRIC – Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari
ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas
ACOMTAGS – Associação das Comunidades do Trombetas e Área da Gleba Sapucúá
ACOSAMA – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Comunidade de Santa Maria do Uruá
ACPLASA – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Médio Lago Sapucúá
AERIM – Associação dos Extrativistas Rio Iriri-Maribel
AIPHX – Associação Indígena Pyjahyry Xipaya
AGUAPÉ – Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
AMABES – Associação de Moradores Agroextrativista da Comunidade de Boa Esperança
AMALCG – Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande
AMARI – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi
AMARJUMA – Associação dos Moradores e Amigos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma
AMOMEX – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu
AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil
AMOPREMA – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira
AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtores da Resex Extrativista Chico Mendes em Xapuri
AMORA – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio
AMORERI – Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri
AP – Área Protegida
APADRIT – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
APAJ – Associação dos Produtores de Açaí e Juçara
APIM – Associação dos Povos Indígenas Mapuera
APITC – Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
ARSX – Associação Redes de Sementes do Xingu
ASAEX – Associação dos Seringueiros Agroextrativista do Baixo Rio Ouro Preto
ASMACARU – Associação dos Moradores Agroextrativista das Comunidades do Rio Paru
ASMIPPS – Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da comunidade Repartimento dos Pilões
ASPAC – Associação dos Produtores Agroextrativistas de Canutama
ASPACS – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha
ASROP – Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto
ASSC – Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá
ASSIZA – Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr
ATAMP – Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Médio Purus
ATIX – Associação Terra Indígena Xingu

B

BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil

C

CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAZUMBÁ – Associação Cazumbá
CEMAAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas
CGPH – Conselho Geral do Povo Hexakaryana
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONEXSUS – Instituto Conexões Sustentáveis
COOBAY – Ba-Y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã
COOMARU – Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini
COOPAFLORA – Cooperativa Geral do Norte do Pará
COOPEMA – Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré
COOPERAR – Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus
COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários
COOPMAS – Cooperativa Mista do Produtores Agroextrativista do Sardinha
COVEMA – Cooperativa Verde de Manicoré
CPZ05 DE CANUTAMA – Colônia de Pescadores Z-05 de Canutama

D

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

E

EDF – Environmental Defense Fund
EMATER-AC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
EMATER-PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
EMATER-RO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
EMPAER-MT – Empresa Matogrossense de Pesquisa e Extensão Rural

F

FAM – Fundação Almerinda Malaquias
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FEMA-AM – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Amazonas
FEMAM-MT – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso
FEMA-PA – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Pará
FEMUCS – Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
FLONA – Floresta Nacional
FLOTA – Floresta Estadual
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEFLORE – Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal
FVA – Fundação Vitória Amazônica
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar

I

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICFC – International Conservation Fund of Canadá
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IMAFLORE – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA – Instituto Socioambiental
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza

L

LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica

N

NCS – Negócio Comunitário Sustentável
NESA – Norte Energia S.A.

O

OIBI – Associação Indígena da Bacia do Içana
ORMM – Observatório da Região Metropolitana de Manaus

P

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAREST – Parque Estadual
PARNA – Parque Nacional
PBA-CI – Plano Básico Ambiental Componente Indígena
PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

R

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista

S

SEAF-MT – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ – Secretaria Estadual da Fazenda
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SFB – Serviço Florestal Brasileiro

T

TI – Terra Indígena

U

UC – Unidade de Conservação
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará

Acompanhe as ações do LIRA nas redes sociais do IPÊ



Twitter

[@InstitutoIPE](https://twitter.com/InstitutoIPE)



Facebook

[@ipe.instituto.pesquisas.ecologicas](https://www.facebook.com/ipe.instituto.pesquisas.ecologicas)



Instagram

[@institutoipe](https://www.instagram.com/institutoipe)

Fale com a gente

Email

lira.edital@ipe.org.br



Realização:



Apoio:

